

# GDF cria projeto para devolver migrante

Rogério dy la Fuente  
de Brasília

Quarenta por cento dos migrantes acolhidos no Distrito Federal ano passado eram oriundos de cidades da Bahia. Como alternativa para conter os fluxos de migração para Brasília, uma comissão coordenada pela Secretaria da Criança e Assistência Social do DF (Secras) desenvolve o Projeto de Desmigração, que até o final de julho, pretende levar 50 famílias de volta à região de Irecê, na Bahia e assentá-las em uma área doada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca).

Em abril passado, o governador Cristovam Buarque instituiu o Programa de Desmigração e Inclusão Social (Prodis). O projeto piloto do programa já começou a ser desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), além de incluir a Prefeitura Municipal de Irecê.

“O objetivo do programa é inserir em suas respectivas localidades e em condições de vida digna, com possibilidade de se manterem economicamente, os migrantes excluídos que estão no Distrito Federal”, afirma a secretária da Criança e Assistência Social do DF, Maria José Féres. As famílias selecionadas para o projeto piloto são compostas por catadores de papel que moram em uma invasão do Distrito Federal. A localização da invasão e a identidade dos integrantes do programa é mantida em sigilo para garantir que não ocorram interferências externas.

“É uma experiência inédita de se promover assentamentos rurais sem que ocorra invasão ou conflitos pela terra. Além disso, não podemos atrair mais gente para o DF com esperança de ganhar terra em suas localidades de origem”, afirma o coordenador do projeto, Marcel Bursztyn. “O projeto trata com a simbologia da Terra Prometida. Pessoas dester-

radas passam a ter condição de produzir e saem da condição de assalariadas para a de empreendedoras”, declara.

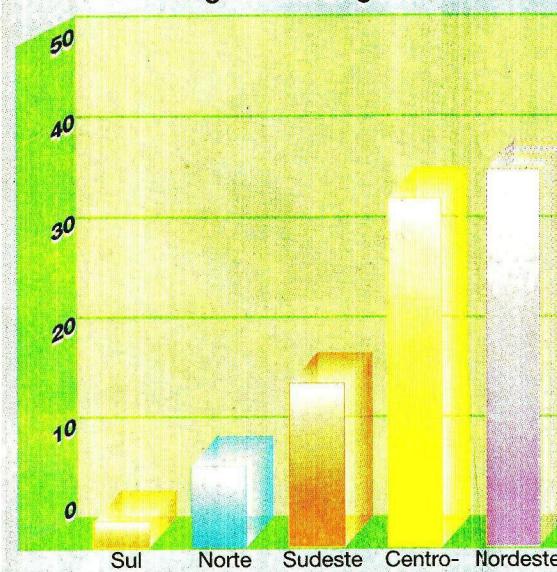
Segundo Bursztyn, uma comissão de integrantes do grupo piloto selecionado e da coordenação do projeto seguiu ontem para Irecê para verificar a área de assentamento sugerida pelo Inca. “Surgindo o *amor à primeira vista*, teremos 50% do objetivo alcançado”, avalia o coordenador. Até agora o projeto piloto consiste em qualificar os integrantes das 50 famílias vindas de Irecê,

que já estavam cadastradas pela Secras a partir de um trabalho do CDS/UnB, por programas como o Projeto Saber, da Secretaria de Trabalho e várias palestras sobre associativismo. “A sensibilização associativa é imprescindível. Estas pessoas são catadores autônomos de papel e antes disso foram agricultores associados. Neste processo de reforma agrária, se não houver o sentimento associativo, o projeto tem grandes chances de não vingar”, analisa Bursztyn. Segundo ele, o sentimento associativo dos participantes já surgiu. “Eles fizeram uma vaquinha e foram a Irecê, por conta própria, verificar a existência de terrenos mais próximos do núcleo urbano de Irecê para o processo de assentamento”, diz o coordenador.

“Vamos ensinar a estas famílias como plantar, como aproveitar o que plantarem a partir da formação de agroindústrias familiares, levá-los de volta à Irecê e, em uma etapa posterior, financiar o início da produção delas”, revela Maria José Féres.

As 50 famílias selecionadas para o projeto piloto de desmigração sobrevivem da atividade de catar lixo e vender para indústrias de reciclagem. “Todas estão participando espontanea-

Regiões de origem



Fontes: SECRAS, FSSDF, CAS/GDF

dis. “Ela trabalhará critérios de elegibilidade das famílias participantes de modo a não fomentar ainda mais a migração. Algo que já está definido é comum a todos os programas do governo: que os participantes tenham pelo menos cinco anos de residência no DF”, adianta a secretária.

Agora a comissão específica de formatação e acompanhamento do projeto Irecê está acertando detalhes determinados pelos participantes. “Desde o cadastramento destas famílias foi detectada a sensibilização delas para retornarem ao local de origem. O que se impõe no momento são as condições do que encontrarão lá, no retorno, e o transporte de bens que eles possuem, como cavalos e carroças”, conta Maria José Féres.

O perfil dos migrantes que vêm para o DF é um dos determinantes do projeto. De acordo com levantamento da Secras, dos 5.301 migrantes recebidos no CAS ano passado, 1.140 não tinham qualquer escolaridade, 751 o 1º grau incompleto, 353 concluíram o 1º grau, 279 o 2º grau incompleto e 134 todo o 2º grau. “A qualificação do grande contingente sem instrução é que dificulta a realização do projeto piloto, mas estamos certos de que com ele vamos obter o respaldo para uma proposta mais abrangente do Prodis, que contará com o apoio do governo dos demais estados e do Governo Federal”, declara. “É ideal que esta seja uma proposta utilizada em todo o Brasil. Se cada capital brasileira adotar uma cidade para empreender iniciativa similar, o problema do desenvolvimento regional terá novo enfoque e o conceito de reforma agrária, certamente será modificado por deixar de lado as invasões de terras”, declara Bursztyn.